

Conflitos Legais Provocados pela Proposta de Redivisão dos Royalties do Petróleo

Marcio Alexandre Serrão Soares¹; Marcus Felipe Emerick Soares Cambra¹; Carlos Eduardo Damasceno Gomes de Matos¹

¹ Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro (DRM/RJ)

RESUMO: A descoberta de acumulações significativas de petróleo e gás natural na região do pré-sal trouxe à sociedade a necessidade de rediscutir os critérios de redistribuição de riquezas geradas pela exploração de hidrocarbonetos no Brasil. A partir dessa rediscussão o governo federal publicou em 22 de dezembro de 2010 a Lei 12.351, que institui no país o regime de partilha de produção para os blocos de exploração e campos de produção situados na área do pré-sal e cria o Fundo Social. Essa mesma lei em seu art. 2º inciso XIII determina: *“XIII - royalties: compensação financeira devida aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, em função da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, nos termos do § 1º do art. 20 da Constituição Federal.”*. Esse artigo 20 determina que os royalties devem ser pagos da seguinte forma: *“§ 1º - É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.”* O texto constitucional ao vincular o pagamento de royalties à territorialidade de estados e municípios, em tese impede que os royalties resultantes da exploração de recursos pertencentes à União sejam distribuídos de outra forma, que não seja aquela estabelecida na carta magna. Mesmo assim, tramitam no senado propostas defendidas pelos estados não produtores da redistribuição dos royalties do petróleo aos mais de 5000 municípios brasileiros. Essa proposta além de ferir princípios constitucionais trás a tona outro debate importante para a reflexão da sociedade brasileira. Levando-se em consideração o que diz o §1º do art.20, que determina a distribuição dos royalties do petróleo, da energia elétrica e dos demais recursos minerais, é necessário incluirmos nessa discussão a redistribuição dos royalties derivados da exploração dos demais recursos minerais citados na constituição federal como nos casos da energia elétrica e da CEFEM. Além disso, é necessário promover a revisão da forma de distribuição do ICMS, que atribuiu ao petróleo uma regra diferenciada de tributação em relação a este imposto, que ao invés de ser tributado na origem é tributado no destino. Essa diferenciação retira dos estados produtores de petróleo uma parcela significativa de recursos tributários originados na produção do petróleo. Ressalta-se que, aprovadas as mudanças nas regras de distribuição elas devem seguir o rito das normas legais existentes no país, onde se preconiza que a mudança da lei não pode retroagir e assim gerar prejuízos a terceiros. Nesse cenário de incertezas, é importante inserir o maior número de atores sociais nesse debate, visando encontrar alternativas viáveis para a melhor distribuição dos recursos sem, contudo, ferir os princípios democráticos duramente conquistados com a Constituição de 1988.

PALAVRAS CHAVE: PETRÓLEO, ROYALTIES, PARTILHA